

Serras Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Serras Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serras Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serras Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas

Veja as Notas 5.d e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$ 593.379 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, sendo que os elementos mais importantes são: (i) Torres de geração de energia elétrica, compostas por pás, geradores, nacelles e torres; (ii) Obras civis. A depreciação desses itens é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo que as vidas úteis estimadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações financeiras consolidadas que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia e suas controladas sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes, de modo, que não foi constatada a existência de indicadores de perda. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado consolidado, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir



modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Serras Holding S A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado	Passivo	Nota	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
		2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)			2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.114	68	9.616	9.521	Fornecedores	12	168	263	6.086	12.398
Contas a receber	7	-	-	10.914	31.891	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	45.215	28.528
Adiantamento a fornecedores		32	-	866	1.720	Debentures	14	-	-	-	27.810
Partes relacionadas		-	1.584	-	-	Partes relacionadas	20	-	-	2.548	3.774
Tributos compensáveis	9	-	-	3.809	3.744	Obrigações fiscais		34	31	1.381	5.184
Despesas antecipadas	8	21	-	833	1.450	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	201	-
Outras contas a receber		753	-	1.755	-	Dividendos a pagar		-	2.022	-	2.022
Dividendos a receber		138	793	-	-	Outras contas a pagar		-	-	-	7
Total do ativo circulante		8.058	2.445	27.793	48.326	Total do passivo circulante		202	2.316	55.431	79.723
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	43.572	25.902	Empréstimos e financiamentos		-	-	331.198	367.302
Contas a receber	7	-	-	30.121	20.078	Debêntures		41.527	-	41.527	-
Despesas antecipadas	8	1	-	3.355	-	Provisão para desmobilização		-	-	349	349
Depósitos judiciais		-	-	1.441	-	Tributos diferidos		-	359	-	359
Investimento	10	304.826	258.679	-	-	Obrigações fiscais		332	-	332	7.515
Imobilizado	11	-	-	593.379	619.391	Total do passivo não circulante		41.859	359	373.406	375.525
Total do ativo não circulante		304.827	258.679	671.868	665.371	Patrimônio líquido	15				
						Capital social		268.172	248.178	268.172	248.178
						Reserva de lucros		2.652	10.271	2.652	10.271
						Total do patrimônio líquido		270.824	258.449	270.824	258.449
Total do ativo		312.885	261.124	699.661	713.697	Total do passivo e patrimônio líquido		312.885	261.124	699.661	713.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
Nota	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)	
Receita operacional líquida	17	-	-	96.891	109.174
Custos de geração	18	-	-	(48.119)	(32.533)
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48.772</u>	<u>76.641</u>
Despesas gerais ou administrativas	19	(272)	(613)	(4.613)	(8.996)
Outras despesas/receitas		-	-	-	1.146
Equivalencia patrimonial	10	(5.924)	9.215	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(6.196)</u>	<u>8.602</u>	<u>44.159</u>	<u>68.791</u>
Receita financeiras	20	154	49	1.200	2.709
Despesas financeiras	20	(1.577)	(139)	(49.550)	(60.743)
Despesas financeiras líquidas		<u>(1.423)</u>	<u>(90)</u>	<u>(48.350)</u>	<u>(58.034)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(7.619)</u>	<u>8.512</u>	<u>(4.191)</u>	<u>10.757</u>
Imposto de renda	16	-	-	(2.223)	(1.651)
Contribuição social	16	-	-	(1.205)	(594)
Resultado do exercício		<u>(7.619)</u>	<u>8.512</u>	<u>(7.619)</u>	<u>8.512</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	(7.619)	8.512	(7.619)	8.512
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(7.619)</u>	<u>8.512</u>	<u>(7.619)</u>	<u>8.512</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de Reais)

	Capital subscrito	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total Geral
		Reserva Legal	Reserva de retenção de		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	240.415	570	3.211	-	244.196
Capital subscrito	7.763	-	-	-	7.763
Resultado do exercício	-	-	-	8.512	8.512
Constituição de reserva legal	-	426	-	(426)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(2.022)	(2.022)
Reserva de retenção de lucros	-	-	6.064	(6.064)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 - Reapresentado	248.178	996	9.275	-	258.449
Capital subscrito	19.994	-	-	-	19.994
Resultado do exercício	-	-	-	(7.619)	(7.619)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(7.619)	7.619	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	268.172	996	1.656	-	270.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serras Holding S A

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(7.619)	8.512	(4.191)	10.757
Resultado de equivalência patrimonial	5.924	(9.215)	-	-
Depreciação	-	-	27.109	24.374
Juros debêntures	1.527	-	2.208	-
Juros sobre financiamentos	-	-	34.380	42.020
Tributos diferidos	(359)	359	(359)	(1.271)
Provisões	-	-	23	-
Baixa de imobilizado	-	-	(5)	-
Varição nos ativos e passivos				
Redução (Aumento) em impostos a recuperar	-	-	(65)	(1.189)
Redução (Aumento) em adiantamentos	(449)	-	695	(1.720)
Redução (Aumento) em contas a receber	-	-	10.934	(20.060)
Redução (Aumento) em outras contas a receber	(1.778)	-	(1.778)	-
Redução (Aumento) em despesas antecipadas	(22)	-	(2.738)	(1.149)
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	-	-	(1.441)	-
Aumento (redução) Partes relacionadas	-	(251)	-	2.860
Aumento (redução) em fornecedores	(96)	149	(6.154)	5.089
Aumento (redução) em outras contas a pagar	1.582	-	(2)	(309)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	168	-
Aumento (redução) em obrigações fiscais	334	31	(9.348)	(808)
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(956)	(415)	49.436	58.594
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos e debentures	-	-	(32.862)	-
Pagamento de IR e CS	-	-	(5.022)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(956)	(415)	11.552	58.594
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	-	-	(1.102)	(7.267)
Pagamento de dividendos	(2.022)	-	(2.022)	-
Recebimento de dividendos	655	-	-	-
Aumento de capital em investidas	(52.209)	(7.336)	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(53.576)	(7.336)	(3.124)	(7.267)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aplicações financeiras	-	-	(17.670)	(9.506)
Captações de debêntures	40.000	-	40.000	-
Captação de empréstimos e financiamento	-	-	1.184	-
Amortização de principal e juros de debêntures	-	-	(27.809)	(3.633)
Amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(22.806)	(60.971)
Recebimento de mutuos	1.584	-	-	-
Pagamento de mutuos	-	-	(1.226)	-
Integralização de capital	19.994	7.763	19.994	7.763
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	61.578	7.763	(8.333)	(66.347)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.046	12	95	(15.020)
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	68	56	9.521	24.541
No fim do exercício	7.114	68	9.616	9.521
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.046	12	95	(15.020)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Serras Holding (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Natal/RN. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista. A relação das empresas controladas está apresentada na Nota 2.1.

b. Autorização para produção de energia, potência instalada e capacidade produtiva

As controladas da Companhia, que iniciaram suas operações em janeiro de 2016, possuem as seguintes autorizações para funcionamento como “produtor independente de energia elétrica” expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e capacidades de geração de energia elétrica:

Companhia	Central geradora eólica	Prazo de autorização (anos)	Capacidade ¹
Eólica Seridó S.A.	Serra de Santana III	30	30 MW
Eólica Lanchinha S.A.	Lanchinha	30	28 MW
Eólica Paraíso S.A.	Pelado	30	20 MW
Eólica Lagoa Nova S.A.	Serra de Santana II	30	30 MW
Eólica Serra de Santana S.A.	Serra de Santana I	30	20 MW
			<hr/> <hr/> 128 MW

c. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta prejuízo no exercício de R\$7.619 e passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 27.638. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

2.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras individuais da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentadas abaixo:

Controladas:	% de Participação
Eólica Seridó S.A.	100,00
Eólica Lanchinha S.A.	100,00
Eólica Paraíso S.A.	100,00
Eólica Lagoa Nova S.A.	100,00
Eólica Serra de Santana S.A.	100,00

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

a. CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i)

identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

b. CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	764
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	8.757
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	51.969
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	25.902
Total de ativos financeiros			87.392
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	12.398
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	27.810
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	395.830
Total de passivos financeiros			436.038

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais
O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impacto materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Controladora			
Impactos das retificações de erros			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	260.805	319	261.124
Dividendos a receber (v)	3.792	(2.999)	793
Investimentos (v)	255.361	3.318	258.679
Outros ativos não impactados	1.652	-	1.652
Total de passivos	8.628	(5.953)	2.675
Fornecedores (ii)	181	82	263
Dividendos obrigatórios (iv)	8.057	(6.035)	2.022
Outros passivos não impactados	390	-	390
Total do patrimônio líquido	252.177	6.272	258.449
Reserva de lucros (iv)	3.999	6.272	10.271
Demonstração do resultado e do resultado abrangente			
Em 31 de dezembro de 2017			
Impactos das retificações de erros			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Despesas gerais e administrativas (ii)	(531)	(82)	(613)
Equivalência Patrimonial (v)	8.896	319	9.215
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	8.365	237	8.602
Resultado do exercício	8.275	237	8.512
Resultado abrangente do exercício	8.275	237	8.512

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos impostos	8.275	237	8.512
Resultado de equivalência patrimonial	(8.896)	(319)	(9.215)
Aumento (redução) em fornecedores	67	82	149
Caixa gerado pelas atividades operacionais	9.738	-	9.738

Consolidado

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	711.977	1.720	713.697
Caixa e equivalentes de caixa (iii)	35.423	(25.902)	9.521
Aplicações financeiras vinculadas (iii)	-	25.902	25.902
Adiantamento a fornecedores (i)	-	1.720	1.720
Outros ativos não impactados	676.554	-	676.554
Total de passivos	459.800	(4.699)	455.101
Fornecedores (ii)	10.915	1.483	12.398
Dividendos obrigatórios (iv)	8.057	(6.035)	2.022
Outros passivos não impactados	440.828	-	440.828
Total do patrimônio líquido	252.177	6.419	258.596
Reserva de lucros (iv)	3.999	6.272	10.271

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i) / (ii)	(32.852)	319	(32.533)
Despesas gerais e administrativas (i) / (ii)	(8.914)	(82)	(8.996)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas	68.554	237	68.791
Resultado do exercício	8.275	237	8.512
Resultado abrangente do exercício	8.275	237	8.512

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais	Impactos das retificações de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos impostos	10.520	237	10.757
Redução (Aumento) em adiantamentos	-	(1.720)	(1.720)
Aumento (redução) em fornecedores	3.606	1.483	5.089
Caixa gerado pelas atividades operacionais	58.594	-	58.594
Aplicação em fundos vinculados	16.396	(25.902)	(9.506)
Caixa no fim do exercício	35.423	(25.902)	9.521

i. Adiantamento a fornecedores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

ii. *Fornecedores*

Em 2017 a Companhia deixou de reconhecer no resultado custos de competência do próprio exercício. Para corrigir tais erros, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Passivo.

iii. *Aplicações financeiras vinculadas*

A Companhia identificou que havia divulgado saldos de aplicações financeiras na rubrica de caixa e equivalentes, desta forma, reclassificou o montante referentes às aplicações financeiras vinculadas para o Ativo Não Circulante.

iv. *Dividendos mínimos obrigatórios*

A Companhia identificou que os ajustes de períodos anteriores efetuados resultaram em alteração nos dividendos mínimos obrigatórios, sendo assim, ajustou o saldo da conta em contrapartida ao patrimônio líquido.

v. *Investimentos e dividendos a receber*

Em decorrência aos ajustes realizados nas controladas a controladora precisou ajustar de forma equivalente o saldo de investimentos e equivalência patrimonial, o que ocasionou também ajuste nos dividendos a receber.

5 Principais Práticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Base de consolidação

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo,

acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

d. Imobilizado

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos

não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

e. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

(i) Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes para a Holding, são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

(ii) Consolidado

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente para as SPEs, são calculados com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 (Base trimestral) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

j. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

k. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados. A natureza das despesas relacionadas àqueles

arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 14.892 mil em 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

6 Caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos	-	1	136	764
Aplicações financeiras (a)	7.114	67	9.480	8.757
	<u>7.114</u>	<u>68</u>	<u>9.616</u>	<u>9.521</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Bradesco e Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente as aplicações do Santander, taxa de 96% CDI referente as aplicações do Bradesco.

b. Aplicações financeiras vinculadas

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de dívida	17.191	20.701
Centralizadora	10.179	-
Reserva O&M	3.259	-
Reserva Especial	12.943	5.201
Total	<u>43.572</u>	<u>25.902</u>

7 Contas a receber (Consolidado)

	31/12/2018	31/12//2017
Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>41.035</u>	<u>51.969</u>
Circulante	10.914	31.891
Não circulante	<u>30.121</u>	<u>20.078</u>

Todos os títulos em aberto em 31/12/2018 estão classificados como a vencer. O montante classificado como não circulante refere-se as provisões efetuadas e que serão liquidadas ao final do quadriênio conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

8 Despesas pagas antecipadamente (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de seguros	1.008	1.450
Manutenção antecipada	76	-
Fianças bancárias (a)	<u>3.104</u>	<u> </u>
	<u>4.188</u>	<u>1.450</u>
Circulante	833	1.450
Não circulante	3.355	-

(a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante os debenturistas e BNDES.

9 Tributos compensáveis (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ e CSLL	3.681	3.216
Pis e Cofins	70	68
Outros tributos compensáveis	<u>58</u>	<u>460</u>
	<u>3.809</u>	<u>3.744</u>

10 Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Investimento	<u>304.830</u>	<u>258.679</u>
Total	<u>304.830</u>	<u>258.679</u>

A Companhia possui investimentos em Companhias eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

31/12/2018					
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Eólica Serra de Santana SA	100%	53.986	(434)	53.986	(434)
Eólica Lagoa Nova SA	100%	75.411	(2.098)	75.411	(2.098)
Eólica Seridó SA	100%	69.315	581	69.315	581
Eólica Paraiso SA	100%	43.461	(2.730)	43.461	(2.730)
Eólica Lanchinha SA	100%	62.653	(1.243)	62.653	(1.243)
				304.826	(5.924)
31/12/2017					
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Eólica Serra de Santana SA	100%	48.422	3.857	48.422	3.857
Eólica Lagoa Nova SA	100%	64.864	2.317	64.864	2.317
Eólica Seridó SA	100%	59.600	2.462	59.600	2.462
Eólica Paraiso SA	100%	38.279	2.321	38.279	2.321
Eólica Lanchinha SA	100%	47.514	(1.742)	47.514	(1.742)
				258.679	9.215

Movimentação dos investimentos

31/12/2018					
Investidas	01/01/2018	Aumento de capital	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018
Eólica Serra de Santana SA	48.422	5.998	-	(434)	53.986
Eólica Lagoa Nova SA	64.864	12.645	-	(2.098)	75.411
Eólica Seridó SA	59.600	9.272	(138)	581	69.315
Eólica Paraiso SA	38.279	7.912	-	(2.730)	43.461
Eólica Lanchinha SA	47.514	16.382	-	(1.243)	62.653
Total líquido investido	258.679	52.209	(138)	(5.924)	304.826
31/12/2017					
Investidas	01/01/2017	Aumento de capital	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2017
Eólica Serra de Santana SA	43.400	1.115	-	3.857	48.422
Eólica Lagoa Nova SA	60.211	2.336	-	2.317	64.864
Eólica Seridó SA	56.189	1.191	(242)	2.462	59.600
Eólica Paraiso SA	35.795	714	(551)	2.321	38.279
Eólica Lanchinha SA	47.326	1.930	-	(1.742)	47.514
Total líquido investido	242.921	7.336	(793)	9.215	258.679

11 Imobilizado (Consolidado)

Consolidado				
31/12/2018				
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	675.550	(86.253)	589.297	600.412
Imobilizado em andamento	-	-	-	18.979
Edificações obras civis e benfeitorias	4.550	(477)	4.073	-
Móveis e utensílios	9	-	9	-
Total	680.109	(86.730)	593.379	619.391

Movimentação do imobilizado

Consolidado						
	Saldo em 01/01/2018	Adições	Transferências*	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Máquinas e equipamentos	-	236	616.162	(5)	(27.096)	589.297
Edificações obras civis e benfeitorias	600.412	866	(597.192)	-	(13)	3.973
Imobilizado em andamento	18.979	-	(18.979)	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	9	-	-	9
Total	619.391	1.102	-	(5)	(27.109)	593.379

	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Edificações obras civis e benfeitorias	624.434	352	-	-	(24.374)	600.412
Imobilizado em andamento	12.064	6.915	-	-	-	18.979
Total	636.498	7.267	-	-	(24.374)	619.391

(*) Durante o exercício de 2018 a Companhia concluiu a unitização, desta forma, efetuou transferências no ativo imobilizado para a adequação da apresentação.

12 Fornecedores (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Fornecedores - Material e serviço	3.470	9.301
Tokio Matine Seguradora S.A.	865	-
Siemens Gamesa Energia Renovavel Ltda	837	-
Provisão construção de parques	2.250	3.097
Arrendamento a pagar	366	-
	6.086	12.398

13 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	376.413	395.830
Total		376.413	395.830
Circulante		45.215	28.528
Não circulante		331.198	367.302

- (a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

Saldo em 31 de dezembro de 2016	418.501
Amortização de juros	(34.329)
Amortização de principal	(26.642)
Juros Incorporados a Dívida	38.300
Saldo em 31 de dezembro de 2017	395.830
Captação de recursos	1.184
Amortização de juros	(32.180)
Amortização de principal	(22.806)
Juros Incorporados a Dívida	34.380
Incorporação de Custo de captação	5
Saldo em 31 de dezembro de 2018	376.413

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;

- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

14 Debêntures

a. Controladora

	Encargos	Vencimento	31/12/2018
1ª série (única)	IPCA + 7,64% a.a.	07/2032	41.527
Circulante			-
Não circulante			41.527

Em agosto de 2018 a Controladora procedeu com a emissão pública de debêntures em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 40.000. O prazo de vencimento é de 336 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de IPCA + 7,64% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A última parcela de amortização do principal ocorrerá em julho/2032.

Abaixo, é apresentado a movimentação das debêntures:

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:	Debêntures 1ªSérie
Captação de debêntures 18 de agosto de 2018	40.000
Juros Incorporados a Dívida	1.527
Saldo em 31 de dezembro de 2018	41.527

Covenants

A Emissora e as SPEs obrigam-se a manter as seguintes contas vinculadas:

- (a) Contas centralizadoras das SPEs;

- (b) Conta centralizadora da Emissora (Holding);
- (c) Contas pagamento debêntures;
- (d) Conta reserva do serviço da dívida debêntures;
- (e) Contas reserva do serviço da dívida BNDES;
- (f) Conta reserva de O&M;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2018.

Os referidos covenants foram atingidos em 31 de dezembro de 2018.

b. Consolidado

Em 01 de julho de 2014 as Controladas da Companhia, Serra de Santana S.A., Lagoa Nova S.A., Paraíso S.A., e Lanchinha S.A. através de sua Diretoria Executiva, autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 340.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 340.000.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Durante o exercício de 2018, as Controladoras liquidaram os saldos de debentures. Abaixo, é apresentada a movimentação das controladas e controladora.

	Encargos	Vencimento	31/12/2017
1ª série (única)	CDI + 2,40% a.a.	Junho de 2032	27.810
Circulante			27.810
Não circulante			-

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

	Debêntures 1ªSérie
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.723
Amortização de juros	(3.295)
Juros Incorporados a Dívida	3.382
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.810
Juros pagos	(682)
Amortização do principal	(27.809)
Juros Incorporados a Dívida	681
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 268.172 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 248.178 em 31 de dezembro de 2017) e está representado por 268.172 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito e integralizado o montante de R\$ 19.994.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável.

c. Reserva de Lucros

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se ao saldo remanescente do lucro do exercício de 2018 após as destinações, o qual está disponível para deliberações da Assembleia Geral.

16 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

	2018	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	100.566	100.566
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	8.045	12.068
Demais receitas	845	1.321
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	2.223	1.205
	2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos	10.757	10.757
Despesas/Receitas não dedutíveis	(4.153)	(4.153)
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	1.651	594

17 Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de energia elétrica	100.566	112.574
(-) Deduções da receita bruta	(3.675)	(3.400)
Pis	(654)	(605)
Cofins	(3.021)	(2.795)
	96.891	109.174

18 Custos de geração (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
		(Reapresentado)
Depreciação e amortização	(27.109)	(24.014)
Taxa de fiscalização ANEEL	(536)	
Compra de energia	(537)	
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(114)	-
Encargos de transmissão e conexão	(4.790)	(5.856)
Compartilhamento de custos	(1.828)	-
Arrendamentos e alugueis	(1.626)	(1.255)
Serviços de terceiros	(7.231)	(847)
Custo com pessoal	(1.136)	-
Seguros	(1.244)	-
Outros	(1.856)	(561)
	(48.119)	(32.533)

19 Despesas gerais e administrativas (Consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Compartilhamento de despesas	(2.703)	-
Serviços prestados pessoa jurídica	(1.295)	(527)
Seguros	-	(1.174)
Segurança e vigilância	-	(708)
Despesas legais e judiciais	(347)	(500)
Outras despesas	(268)	(6.087)
	(4.613)	(8.996)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	30/12/2017
Outras receitas	-	-	-	121
Rendimentos de aplicação financeira	154	49	1.200	2.588
Receitas financeiras	154	49	1.200	2.709
Juros Debêntures	(1.527)	-	(2.208)	(3.382)
Juros BNDES	-	-	(34.380)	(38.300)
Fianças bancárias	-	-	(11.104)	(19.)
Juros fornecedores	-	(109)	(346)	-
Outras despesas financeiras	(50)	(30)	(1.512)	-
Despesas financeiras	(1.577)	(139)	(49.550)	(60.743)

21 Transações com partes relacionadas (Consolidado)

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/017
<u>Passivo</u>		
Echoenergia Participações S.A. (a)	2.548	3.774
Total	2.548	3.374
<u>Resultado</u>		
Compartilhamento de custos (a)	(1.828)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(2.703)	-
Total	(4.531)	-

(a) A Companhia possui despesas e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

22 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

23 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2018		31/12/2018		31/12/2017		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	7.114	7.114	9.616	9.616	68	68	9.521	9.521
Contas a receber	-	-	41.035	41.035	-	-	51.969	51.969
Fundos vinculados	-	-	43.572	43.572	-	-	25.902	25.902
Fornecedores	168	168	6.086	6.086	263	263	12.398	12.398
Financiamentos	-	-	376.413	376.413	-	-	395.830	395.830
Debêntures	41.527	41.527	41.527	41.527	-	-	27.810	27.810
Total	48.809	48.809	518.249	518.249	331	331	523.430	523.430

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
31/12/2018 - Consolidado					
Fornecedores	6.086	6.086	-	-	-
Debêntures	41.527	-	-	-	41.527
Financiamentos	376.413	45.215	45.215	135.645	150.338
Total	424.026	45.215	45.215	135.645	191.865
31/12/2017 Consolidado					
Fornecedores	12.398	12.398	-	-	-
Debêntures	27.810	27.810	-	-	-
Financiamentos	395.830	28.528	28.528	85.584	253.290
Total	436.038	68.736	28.528	85.584	253.290

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros				
<i>Consolidado</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	136	9.480	764	8.757
Fundos vinculados	-	43.572	-	25.902
Contas a receber	41.035		51.969	-
Passivos financeiros				
<i>Consolidado</i>				
Fornecedores	6.086	-	12.398	-
Debêntures	41.527	-	27.810	-
Financiamentos	376.413	-	395.830	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

	Variação 31/12/201	Cenário provável 31/12/201	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Varição das taxas de juros e índices	8	9			
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP	6,50%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
IPCA	3,7%	4,0%	0,3 p.p.	0,38 p.p.	0,45 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.

	Índice	Saldos em 31/12/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)					
Debêntures	IPCA	41.527	1.665	2.082	2.498
Empréstimos e financiamentos	TJLP	376.413	26.198	32.748	39.298
		417.940	27.863	34.830	41.796
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	53.052	3.767	4.709	5.651

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Assim como, não tramitam processos classificados como possíveis de perda que devam ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.